



### **Eixo Temático**

3. Educação no Campo, Marxismo, Trabalho e Formação Humana

### **Título**

## **O MATERIALISMO HISTORICO-DIALÉTICO COMO ENFOQUE METODOLOGICO PARA AS PESQUISAS REFERENTE A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA**

### **Autor (es)**

Edielso Manoel Mendes de Almeida  
Tatiane Nunes Valente

### **Instituição**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

### **E-mail**

[edielsoalmeida@bol.com.br](mailto:edielsoalmeida@bol.com.br)  
[tatianetvalente@gmail.com](mailto:tatianetvalente@gmail.com)

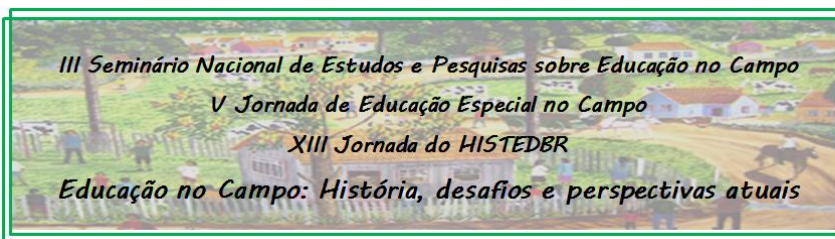
### **Palavras-chave**

Educação Escolar Indígena; Materialismo Histórico-Dialético e Identidade.

### **Resumo**

Este artigo consiste em uma pesquisa bibliográfica referente ao materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para as pesquisas que abordam como objeto de estudo a educação escolar indígena. A pesquisa bibliográfica visa fazer um levantamento referente aos teóricos que abordam a referida temática em livros e artigos científicos. O estudo tem como objetivo realizar um levantamento preliminar dos autores que apontam o materialismo histórico-dialético como aporte teórico nas pesquisas em educação. O texto é composto por autores discutidos nas aulas de Fundamentos de Sociologia no programa de doutorado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), assim como de autores que abordam o materialismo histórico-dialético como metodologia de pesquisa na área da educação.

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



## Texto Completo

A pesquisa científica requer uma explicitação clara do posicionamento teórico do pesquisador, ou seja, uma fundamentação epistemológica. Segundo Chizzotti (1991) a epistemologia é uma área da filosofia que investiga a natureza do conhecimento, seus fundamentos e as justificativas que validam tal conhecimento como verdadeiro.

Partindo deste pressuposto, este artigo objetiva fazer uma discussão teórica referente ao materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para as pesquisas referentes a educação escolar indígena, para isso foi de fundamental importância os autores discutidos nas aulas de Fundamentos de Sociologia que abordam a teoria marxista, especificamente o materialismo histórico-dialético, assim como fez-se uma pesquisa bibliográfica para aprofundá-lo como metodologia de pesquisa na área da educação escolar.

A pesquisa bibliográfica conforme esclarece Boccato (2006, p. 266),

[...] busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Assim, este estudo procurou enfatizar os autores que realizaram e realizam pesquisas embasadas no materialismo histórico-dialético na área da educação. A revisão de literatura tem vários objetivos, entre os quais citamos: a) proporcionar um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento; b) facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador; c) oferecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico.

No tocante a educação, as bandeiras de luta dos movimentos sociais indígenas propunham uma Educação Escolar, não para os povos indígenas, e nem com os povos indígenas, mas, dos povos indígenas. Nesta concepção, o currículo assume a função de



produzir as identidades étnicas, que possibilite a valorização de suas línguas e ciências e garantindo aos índios e as suas comunidades, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades seja elas indígenas ou não. Dessa forma, os índios deixam de ser considerados como uma categoria social em processo de extinção e passam a ser respeitados como grupos étnicos diferenciados, com seus costumes, crenças e direitos preservados.

Assim, a opção pelo materialismo histórico-dialético dar-se pela possibilidade da produção de um conhecimento crítico que altere e transforme a realidade anterior, tanto no plano do conhecimento como no plano histórico social, de modo que a reflexão teórica sobre a realidade se dê em função de uma ação para transformar.

O texto está organizado em três seções. Na primeira discute-se a educação escolar indígena a partir de um olhar voltado para a produção de suas identidades, trazendo autores que a concebem como espaço-fronteiras, entendidas como espaço de trânsito, articulação e troca de conhecimento, assim como espaços de redefinições identitárias. Na segunda faz-se uma reflexão teórica referente ao materialismo histórico-dialético a partir das anotações das aulas de Fundamentos de Sociologia e da leitura dos autores que abordam a temática. Conclui-se apontando o materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico que possibilita uma leitura crítica da educação e uma atuação política para transformá-la com vistas a atender as especificidades dos povos indígenas.

### **Repensar a Educação Escolar Indígena**

De acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 800 mil indígenas na sociedade brasileira, sendo que 60% deles vivem na Região Amazônica. No entanto, embora este seja um número expressivo, a maioria dos índios está à margem da sociedade, muitos deles vitimados pelo paradoxo: conviver com o homem branco e, conseqüentemente, se afastar de seus costumes e tradições ou isolar-se do restante da sociedade e manter sua identidade cultural.

Assim a educação escolar nas aldeias não pode ser vista como instituição externa ou alheia à especificidade de cada etnia. Esta particularidade a coloca em situações



intersticiais e por isso é possível considerá-la, teoricamente, como espaço e interespaços de fronteira em que identidades são afirmadas ou interdidas, distinções étnicas são realçadas, relações de poder e resistências emergem, reinterpretações e ressignificações se estabelecem.

As escolas indígenas enquanto espaço da dimensão política precisam ser concebidas segundo Tassinari (2001) como espaço-fronteiras, entendidas como espaço de trânsito, articulação e troca de conhecimento, assim como espaços de redefinições identitárias de grupos envolvidos nesse processo. Nessa posição, Paulo Freire (1998) com sua proposta dialógica libertadora, reconhece que o ato de conhecer e pensar está diretamente relacionado com o outro, pelo fato do conhecimento não ser um ato isolado.

Ademais, o esforço de projetar uma educação escolar indígena só será concretizada com a participação direta e efetiva destes povos, em todos os momentos do processo pedagógico, seja isso na definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares e no exercício das práticas metodológicas, sempre baseadas na sua realidade étnica, cultural com vistas a fortalecer as identidades étnicas (FREIRE, 2004).

No que concerne à identidade étnica para Poutgnat (2008) ela é construída e se constitui numa relação dialética entre a auto-definição dos membros e a definição dos outros grupos. Segundo o autor as auto-atribuições e atribuições dos outros não podem ser separadas porque estão em uma relação de contraste dialético. Um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não membros o categorizam, se relacionam e interagem com o mesmo. O modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com esta categorização e interação com o outro.

Desta forma, a natureza da identidade étnica, de acordo com o citado autor, é política, pois se constitui mediante relações de contraste que podem contrapor concepções, valores, intencionalidades, projetos e estratégias. A identidade étnica coloca-se assim, como uma categorização que resulta também da confrontação do poder: poder de impor uma visão de mundo, impor comportamentos e significados, impor domínio de territórios, impor controle dos meios de produção.

A identificação étnica é, assim, processo em construção permanente, numa dinâmica que afirma ou nega pertencimentos, que recria e modifica significados, que



denota propósitos e intencionalidades. Este processo está ancorado em condições históricas, econômicas e políticas concretas e marcado por relações de poder. Assim, é preciso estar advertido da natureza política da identidade. Ela não tem um caráter, uma dimensão ou um aspecto político, mas ela é uma prática política (FREIRE, 2004).

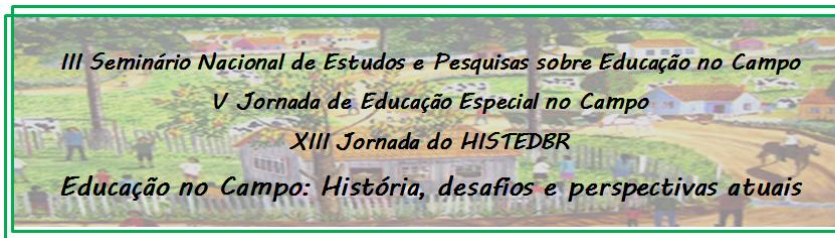
Nestes termos não é possível pensar a identidade fora das relações de poder que é político. A constituição e a assunção de uma identidade é um ato político, é um exercício e um ato de poder. Assim, é preciso estar advertido que existem forças que trabalham contra esta assunção e em favor de sua negação. Paulo Freire (1982, p. 42) afirma:

A experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais pode se dar ‘virgem’ do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da assunção de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção.

Barth (1998) também expressa o sentido político e as relações de forças entre as identidades étnicas ao reconhecer injustiças e desigualdades: um grupo pode controlar os meios de produção de outro grupo, exercer o domínio territorial, impor significados, sendo que o extremo é a situação de colonização em que se usa o aparato repressor sobre uma identidade para a sua negação. Reconhece também que os grupos étnicos nunca são passivos frente à tentativa de imposição de poder. Eles podem usar de ‘estratégias básicas’ para a resistência e para sua assunção.

Outro autor que também fala da agência e da intervenção dos sujeitos no mundo, mesmo diante de realidades marcadas pela traição ao direito de ser é Paulo Freire (1982) para ele, o mundo, a história e a realidade não são vistos como inexorabilidade ou determinismos, mas como possibilidades de mudança e intervenção. Esta, muitas vezes, se manifesta em forma de resistências diante do descaso ofensivo que os sujeitos sofrem: “No fundo as resistências – a orgânica e, ou a cultural – são manhas necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos” (FREIRE, 1998, p. 78).

Paulo Freire (1982, p. 32), portanto, fala em “manhas históricas” que os sujeitos e as identidades podem usar como postura de resistência diante do poder e da negação, isto também se refere aos povos indígenas: “Essas manhas, eu acho, não tenho dúvida



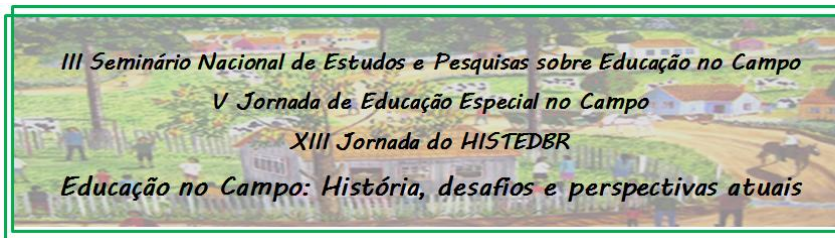
alguma, de que não seria no meio desses índios que essas manhas não existiriam. Há 480 anos eles são obrigados a serem manhosos”. O autor salienta que na postura de resistência, muita coisa pode parecer como entrega, desistência de ser, mas na verdade não é isso, é a sobrevivência num certo momento, é método de ação. Ainda para este autor, as manhas podem se manifestar na linguagem, na atitude ou em qualquer outro elemento significativo do grupo. Os grupos, no uso destas “manhas” ou “estratégias básicas”, podem escolher o realce da identidade étnica para conseguir novas formas de valor, firmar posições e a própria organização. Conforme Barth (1998, p. 228),

[...] podem escolher o realce da identidade étnica, utilizando-a para desenvolver novas posições e padrões, para organizar atividades naqueles setores que antigamente não eram encontrados em sua sociedade, ou não eram adequadamente desenvolvidos para os novos objetivos.

Esses valores estão vinculados a cultura como teias de significados. Este conceito foi proposto por Geertz (1978, p. 78), que afirma:

O conceito de cultura que eu defendo, é essencialmente semiótico, acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Como construções sociais, os significados dependem das relações constituídas. Não há significado e sentido em si mesmo. Eles existem exclusivamente nas relações e nos contextos (sócio-histórico-ideológicos) específicos. Situações, ações e noções significam diferentemente porque se inscrevem em contextos diferentes. Por exemplo, a noção Terra é diferente para um indígena, um agricultor sem-terra e um fazendeiro. Da mesma forma, os sujeitos percebem, interpretam e agem no mundo a partir de significados próprios do grupo em que estão inseridos, sendo que cada pessoa sabe o que fazer em determinada situação, por partilhar significados com este grupo, e a educação tem um papel fundamental nesse processo, daí a importância de se discutir o currículo enquanto instrumento de socialização do conhecimento e de poder.



Sendo assim para Silva (2006, p. 23):

O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais.

De tal forma, observamos que o currículo se insere no jogo de poder, no exercício político dos sujeitos sociais, pois o currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos, que de algum modo aparece nos textos e nas salas de aula de uma nação. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo.

### **O Materialismo Histórico-Dialético**

De acordo com Triviños (1987) O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. Afirma o autor que o materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana.

O materialismo histórico-dialético foi criado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), consiste em é um enfoque teórico, metodológico e analítico para compreender a dinâmica e as grandes transformações da história e das sociedades humanas. Conceitualmente, o termo *materialismo* diz respeito à condição material da existência humana, o termo *histórico* parte do entendimento de que a compreensão da existência humana implica na apreensão de seus condicionantes históricos, e o termo *dialético* tem como pressuposto o movimento da contradição produzida na própria história.

**www.semgepec.ufscar.br**  
**27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Segundo Frigotto (1991), o que fundamentalmente importa para o materialismo histórico-dialético é a produção de um conhecimento crítico que altere e transforme a realidade anterior, tanto no plano do conhecimento como no plano histórico social, de modo que a reflexão teórica sobre a realidade se dê em função de uma ação para transformar.

Por este motivo, Marx não se limitou aos estudos teóricos, desenvolvendo durante toda a sua vida uma intensa atividade política. O seu legado teórico, em grande parte no estado de manuscritos, foi publicado posteriormente, sobretudo por seu companheiro Friedrich Engels.

Para Frigotto (1991) o materialismo histórico-dialético enquanto enfoque metodológico busca entender o modo humano de produção social da existência vinculando-se, portanto, a uma concepção de realidade, de mundo e de vida. Parte do pressuposto que o universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido.

E esse conhecimento que é produzido pelo sujeito, reproduz o real em suas múltiplas determinações com o objetivo de superar a aparência mediata das coisas e atingir a sua essência. A partir do dado empírico, o real é observado pelo sujeito diretamente em sua aparência e indiretamente em sua essência, de modo a possibilitar o entendimento e o desvelamento dos processos presentes nos fenômenos estudados, distinguindo assim aquilo que é aparente daquilo que é essencial apreender no processo de investigação. (FRIGOTTO, 1991, p. 49)

Assim, quando analisamos uma coisa, devemos atentar à sua essência, considerando as aparências apenas como o guia que nos leva até a porta “Uma vez transportada essa porta, há que apreender a essência da coisa. Eis o único método de análise seguro e científico”. (TSE TUNG, 1972, apud SANFELICE, 2008).

Desta maneira o objeto será sempre algo produzido pelo sujeito, o que evidencia uma relação muito mais de unidade com o objeto do que de identidade. Assim, ao mesmo tempo em que a sociedade produz o homem, ela também é produzida por ele:

A produção das ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens, é a linguagem da vida real. São os





homens que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX; ENGELS, 1986).

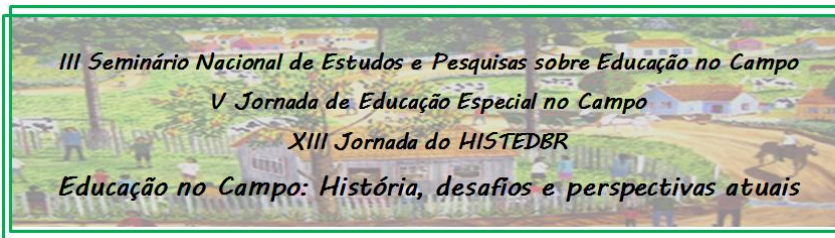
O homem, enquanto ser social e histórico, determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é o criador da realidade social e transformador desses contextos. Assim, podemos afirmar que o postulado materialista contempla tanto o aspecto ontológico, no sentido de que a matéria, a concretude, é considerada como princípio explicativo do mundo; quanto o aspecto gnosiológico, no sentido de que esta objetividade concreta é o ponto de partida para a construção do conhecimento sobre o mundo.

Neste sentido a pesquisa que se desenvolve pelo viés do materialismo histórico deve contemplar esta concretude entendida como a historicidade do ser, bem como os determinantes econômicos, históricos, políticos e culturais, de modo a considerar, essencialmente, a complexa realidade social presente nos vários momentos históricos. A investigação científica deve responder a algo, e este algo deve ser socialmente construído. Aqui aparece o compromisso social do pesquisador com os valores que lhes são constitutivos (TAMBARA, 2000).

De acordo com Tambara (2000) em cada pesquisa que se pauta pelo enfoque materialista existe um projeto de transformação para a sociedade. Assim, ao estabelecer as máximas relações possíveis para o desvelamento do real, buscando as conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam determinada realidade, o fenômeno investigado passa a ser visto a partir de uma perspectiva de totalidade.

Por este motivo, o ponto de partida do pensamento marxista é o fato em si e não a sua representação (TRIVIÑOS, 1987). A manifestação do fato social em si exige do pesquisador esforço de apreensão da essência, porque o que se lhe manifesta imediatamente é apenas a representação do fato social, ou seja, sua aparência.

O pesquisador deve ir além, entendendo que as primeiras impressões destes fatos devem ser superadas pela atividade de desvelamento do real, ascendendo às leis



fundamentais que estruturam o fato pesquisado e movendo-se do plano abstrato para o plano concreto. Assim, ao final do processo de investigação, o resultado não será mais as representações iniciais do dado empírico, mas o fato social em si concretamente pensado. Esta apropriação teórica não tem como se dar sem a mediação do conhecimento da realidade histórica, até mesmo porque a apreensão do caráter histórico do fenômeno traz consigo toda relatividade, parcialidade e provisoriade do conhecimento histórico-social (FRIGOTTO, 1991).

O materialismo histórico-dialético enquanto método de investigação é essencialmente polêmico e crítico, pois busca superar o senso comum, a maneira de pensar dominante, indo além da reflexão que se esgota em si mesma.

O conhecimento crítico, nesta perspectiva, pauta-se por uma postura de transformação da realidade, ou seja, uma reflexão que implica em movimento, em mudança, e não apenas limitar-se à análise crítica. A apreensão da realidade em sua gênese na concepção dialética articula, a todo momento, teoria e prática.

Assim, segundo Frigotto (1991) o materialismo histórico-dialético se dá a partir de três movimentos simultâneos: de crítica, de construção do novo conhecimento e de ação com vistas à transformação “Para ser materialista, histórica e dialética, a investigação deve considerar a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais, que não são definidos à priori, mas construídos historicamente.” (idem, p. 78)

Este processo de articulação das múltiplas dimensões do fenômeno com a totalidade mais ampla, requer ainda uma ordenação lógica e coerente do que se captou da realidade estudada de modo que não se negligencie o caráter histórico do objeto de conhecimento e as cinco categorias fundamentais da perspectiva dialética: contradição, totalidade, mediação, reprodução e hegemonia (CURY, 1986).

A *categoria de contradição* rebate a concepção de linearidade, pois parte do entendimento de que nada existe em permanência e, portanto, toda realidade é passível de superação. A *categoria de totalidade* busca a conexão dos aspectos particulares com o contexto social mais amplo que produz as contradições. A *categoria de mediação* parte do pressuposto que o homem é mediador das relações sociais e, portanto, agente para intervenção no real. A *categoria de reprodução* aponta para o fato de que o modo



de produção capitalista para se manter, tende a se reproduzir, mesmo que com pequenas mudanças que não chegam a ser estruturais, mas apenas adaptativas a este modo de produção. A *categoria de hegemonia* entende que a ideologia da classe dominante e sua concepção de sociedade, de valores e de relações sociais devem ser reproduzidas a ponto de que estes ideais de sociedade sejam um consenso entre os cidadãos. (CURY, 1986)

Como a dialética parte do movimento, da mudança, para que a pesquisa seja materialista histórico-dialética, exige-se uma constante revisitação e reconstrução da teoria, justamente porque este enfoque parte da historicidade do fenômeno e, por se tratar de conhecimento histórico, é parcial, provisório e relativo, necessitando ser revisitado e reconstruído constantemente.

A Educação Escolar Indígena faz parte da totalidade social e não se pode tratá-la de modo isolado. O estudo da sua gênese, de seu movimento e de suas contradições direcionará a pesquisa para a constante busca de um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes que possibilitarão captar o seu movimento nesta totalidade.

Considerando ainda que a implementação de uma política pública de educação para os povos indígenas é marcada por interesses econômicos, políticos e ideológicos, não é possível captar o significado de uma política educacional sem compreender a lógica global do sistema orgânico do capital.

Neste sentido, a articulação entre singularidade, particularidade e universalidade que o enfoque materialista histórico-dialético proporciona enriquece as reflexões decorrentes do processo de investigação sobre educação escolar indígena. Singularidade, no sentido de que a análise de uma política de educação para os povos indígenas é um recorte da realidade que ganha significado tanto na particularidade do momento histórico em que é concebida como nas determinações universais do capitalismo global.

A investigação sobre a educação escolar para os povos indígenas implica, portanto, no resgate da historicidade do fenômeno, buscando investigá-lo sob a perspectiva histórica no sentido de desvelar os conflitos, contradições, interesses e ideologias que estão por detrás de sua implementação e, neste sentido, é preciso

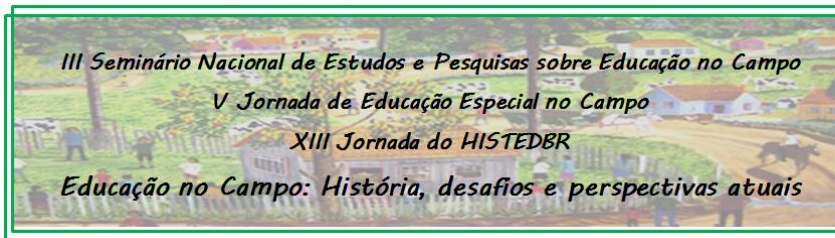


reconhecer o campo da educação como um domínio de investigação histórica, resgatando a historicidade cíclica e superando a investigação puramente narrativa e descritiva dos fatos. A mediação histórica no estudo da educação escolar para os povos indígenas permite uma compreensão global do fenômeno em seu desenvolvimento, elucidando como o presente dá significação ao passado, de modo que, numa perspectiva materialista histórico-dialética, potencialize a capacidade dos agentes históricos, ou seja, o conhecimento da mudança. Não há como compreender o presente sem o aporte substancial da história, sem o debruçar crítico sobre as injunções dos acontecimentos passados no fenômeno presente.

No entanto, não podemos ignorar o fato de que na concepção materialista do conhecimento o esforço reflexivo não deve se limitar à análise crítica. A análise crítica da realidade de modo despertar a conscientização deve estar associada a uma prática social que é o fundamento e o limite do processo de conhecimento entendido como práxis transformadora e instrumento de luta. Isso atribui ao conhecimento produzido um caráter não somente histórico, mas também político na medida em que, para além da formação da consciência e da resistência nas situações de conflito, propõe uma participação ativa dos agentes históricos na organização social. Por este motivo, a marca da postura crítica do enfoque materialista vai além do desvelamento do *conflito de interpretações* sobre a realidade. Esta visão, por manifestar um interesse transformador da realidade, busca muito mais desvelar o *conflito dos interesses*.

O pesquisador, na condução das pesquisas sobre educação escolar para os povos indígenas a partir do enfoque metodológico materialista histórico-dialético deve, essencialmente, apreender a totalidade da qual a problemática levantada faz parte, identificando inclusive os sujeitos históricos a quem essa problemática se refere. Isto implica ainda em um resgate das produções teóricas sobre esta problemática, de modo a identificar o que se já produziu, o que já se evidenciou e o que necessita ser aprofundado e/ou revisitado, até mesmo no sentido de uma ruptura.

Portanto, não há como investigar uma determinada realidade sem uma postura teórica desde o início da investigação que possibilite apreender claramente as múltiplas dimensões do problema que se pretende desvendar. “A pouca familiaridade do



pesquisador com o trato da teoria, com a reflexão filosófica e a epistemologia da ciência compromete a qualidade da pesquisa.” (CHIZZOTTI,1991, p. 68).

## Conclusão

Considerando que a educação, enquanto prática social, é resultante das determinações econômicas, sociais e políticas, atuando na reprodução da ideologia dominante, como também reproduzindo as contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam novas formações sociais, a análise da educação escolar para os povos indígenas deve estar associada a um processo de produção de um conhecimento efetivamente transformador e politicamente engajado, lembrando que, para Marx, o conhecimento teórico é necessariamente conhecimento político.

A proposta do materialismo histórico-dialético contempla esta apropriação crítica e interveniente do processo histórico para a compreensão do fenômeno no presente no intuito de possibilitar um conhecimento cíclico, em processo de evolução, que rebata os trabalhos meramente confirmatórios, politicamente inofensivos e ideologicamente difusos.

Investigar a educação escolar para os povos indígenas requer o desenvolvimento da capacidade de captação, análise e compreensão não só do que é conservado, mas fundamentalmente do que é mudado e criado, e este processo de mudança e criação se dá dentro de limites muito estreitos, dadas as condições estruturais de origem e desenvolvimento da sociedade brasileira, o que exige, portanto, um alto grau de acuidade para captar este movimento.

## Referências

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne (Orgs.). **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez, 1986.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: Fazenda, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Um diálogo com Paulo Freire sobre educação indígena**. In: Texto datilografado da 8ª Assembléia Regional do CIMI MT, Cuiabá, 16 a 20 junho de 1982.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação da cultura**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan S. A., 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso: 12/06/2015.

MARX, K. **Marx: Vida e Obra**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

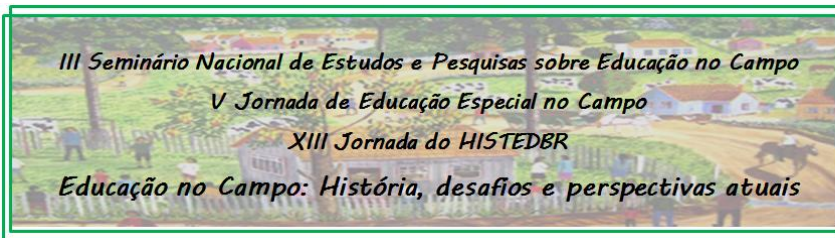
POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne (Orgs.). **Teorias da etnicidade**: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2008.

SANFELICE, J. L. Dialética e Pesquisa em Educação. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. 2ªed. Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TAMBARA, E. Problemas teórico-metodológicos da História da Educação. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **História e História da Educação**: O Debate Teórico-Metodológico Atual. Campinas – SP: Autores Associados, 2000.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola Indígena: novos horizontes teóricos. Novas fronteiras da educação. In: SILVA, Aracy Lopes; FERREIRA, Mariana Kawal Leal (org.). **Antropologia, história e educação**: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.



TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

[www.semgepec.ufscar.br](http://www.semgepec.ufscar.br)  
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015